

O QUE É O PODER?

Nildo Viana*

O tema do poder é um dos mais abordados nas universidades, nos meios oligopolistas de comunicação e nos meios políticos. Alguns querem conquistá-lo, outros querem destruí-lo. Existem aqueles que só querem entendê-lo e pesquisá-lo ou usá-lo para diversos fins. Entretanto, poucos definem o termo poder e, mais raramente ainda, com clareza. O nosso objetivo aqui é explicitar o que é o poder.

Foucault (1989) afirma que o poder é uma “relação de forças”¹, mas nunca diz quais são estas forças que se relacionam e em que elas consistem. O cientista político Nicos Poulantzas (1977) afirma que ele é o resultado da exploração de classe, o que significa dizer o que o produz e não o que ele é. E vemos assim um sem-número de definições imprecisas e que não conseguem revelar o verdadeiro caráter deste fenômeno social².

O poder só pode ser compreendido como uma *relação social*. Ocorre, porém, que tudo que existe na sociedade é uma relação social. O que importa saber é qual forma de relação social *específica* constitui o poder. *O poder é uma relação social de dominação, o que implica na existência de dominantes e dominados*. Os dominantes, nesta relação, exercem a dominação sobre os dominados. A dominação é o processo no qual alguém detém a capacidade de decidir, dirigir, mandar em outras pessoas. O dominante é aquele que toma as decisões a respeito do dominado, que o dirige, que realiza o mando e consegue a obediência³. O dominante, por conseguinte, detém a capacidade de decisão, direção e comando. O dominado, por sua vez, está incapacitado de tomar decisões, é dirigido e comandado (presta obediência). O poder é uma relação de dominação, pois não é possível

¹ Para uma crítica a Foucault, inclusive mostrando seu atrelamento ao poder, cf. Mandosio (2011).

² Para uma crítica mais desenvolvida a estes dois autores e uma reflexão mais profunda sobre as concepções de poder, cf. Viana (2015).

³ Aqui há uma aproximação com a definição de dominação do sociólogo Max Weber. Cf. Weber (2004).

existir o detentor do poder, o dominante, sem existir aquele que está submetido a ele, o dominado.

A partir dessa definição de poder é possível avançar na reflexão sobre o seu significado mais geral. O próximo passo é saber qual é sua *razão de ser*, ou seja, por qual motivo existe o poder? Alguns ideólogos dizem que ele surgiu devido à “vontade de poder” que seria inata ao ser humano⁴. Ao enviar para a natureza humana a razão de ser do poder, se cria uma ideologia que busca tornar natural e universal algo que é histórico e transitório. Essa concepção é bastante convincente tendo em vista que nascemos e vivemos em uma sociedade que tem como base de sustentação o poder. É uma sociedade marcada por ideologias que santificam o poder (a “santificação do poder” surge com o cristianismo e se torna mais forte com a sua institucionalização na sociedade feudal, tal como se vê na ideologia do poder divino e na hierarquia e idolatria existente nas igrejas). Ao lado dessa santificação do poder, surgem novas formas de ideologias que vão além da religião. Esse é o caso da filosofia e da ciência moderna, que justificam e legitimam o poder através de sua naturalização, tornando-o algo constitutivo da história da humanidade. A ciência acaba por substituir a religião como forma suprema de justificar o poder, realizando uma interpretação ideológica da história da humanidade que a transforma em uma eterna e imutável luta pelo poder, tal como se vê, para ficar em apenas um exemplo, na ideologia darwinista da luta pela existência, que justifica, indiretamente, o poder⁵.

Se consultarmos a historiografia e a etnografia, veremos que existem sociedades em que os indivíduos não possuem nenhuma “luta pelo poder” e, por conseguinte, isso não é algo natural nem universal. Assim como o poder, a luta pelo poder é um produto histórico e transitório. Mas compreender a razão de ser do poder é difícil porque estamos acostumados com a divisão capitalista do trabalho intelectual e assim não nos é fácil perceber que o poder não é algo que pertence ao âmbito do político, que seria, segundo a ideologia burguesa, separada das instâncias “econômica”, “cultural”, etc. O poder surge

⁴ Isso pode ser visto em Hobbes e outros autores, embora, geralmente, não apareça de forma direta. Azevedo, por exemplo, diz que “A luta pela sobrevivência e pelo poder, é da natureza humana”. Veja: Azevedo (2010). Cf. também: Hobbes (1983).

⁵ Cf. Viana (2020).

com a instituição da dominação de uma classe social, ou seja, um conjunto de seres humanos sobre outra classe social, ou seja, sobre o conjunto de outros seres humanos e isto surge historicamente com o advento da escravidão (no caso da Europa Ocidental).

A escravidão surgiu quando se descobriu que os prisioneiros feitos nas guerras intertribais podiam ser, como os animais, “domesticados”, transformados em “cativos” e colocados para trabalhar para daí se extrair mais-trabalho. Em poucas palavras, dominação e exploração nascem juntas e só podem continuar existindo juntas. Isto quer dizer que a razão de ser da dominação é a exploração, embora a divisão capitalista do trabalho intelectual ofusque, com sua distinção entre economia e política, a ligação indissolúvel entre elas.

A instituição da dominação e exploração de uma classe social sobre outra não se faz sem a luta e a resistência das classes dominadas e dos indivíduos dominados em geral. Por isso é necessário a formação de uma instituição e de um conjunto de indivíduos cuja função seja promover o controle social e, quando necessário, reprimir e usar a violência física: o Estado. O nascimento do Estado significa o surgimento de um setor da sociedade responsável pela dominação e pelo controle social. Nas sociedades pré-capitalistas isso cabe aos nobres, guerreiros e outros setores da sociedade, que geralmente é uma parte da classe dominante. Na sociedade capitalista, surge uma nova classe social com a função exclusiva do controle social: a burocracia. Esta se caracteriza por ser uma classe auxiliar da classe capitalista, pois ela existe para manter e regular a dominação de classe existente. O estado é, pois, uma relação de dominação de classe cujo objetivo é manter a exploração de classe, as relações de produção que fundamentam esta exploração. No capitalismo, o aparato estatal é uma relação de dominação de classe mediada pela burocracia (estatal, pois surge também uma burocracia civil que é responsável pelo controle de instituições e pessoas ligadas a elas, como a burocracia eclesiástica, a burocracia universitária, a burocracia escolar, a burocracia sindical, a burocracia partidária, a burocracia hospitalar, etc.). Assim, o exercício do poder direto é efetivado pela burocracia e o indireto pela classe capitalista.

Porém, a dominação de classe cria um conjunto de necessidades que produz a generalização da dominação em todas as instâncias da vida social, passando a atingir as relações familiares, as escolas, etc., criando uma diversidade de formas de coação: sexual,

racial, etária, etc. A manutenção da dominação de classe exige um intenso controle social sobre toda a sociedade, o que cria focos de resistência em todas as instâncias da vida social, gerando diversas formas de conflitos sociais. Isso também gera as burocracias civis e a busca de legitimação e justificação do controle social, o que é feito, em parte pela burocracia, através dos regimentos, legislação, etc., e, em parte, pela intelectualidade (a classe intelectual, formada por cientistas, artistas, filósofos, técnicos, professores, etc.). A classe intelectual tem a função social da produção cultural e também é uma classe auxiliar da burguesia. Contudo, ela é mais afastada da burguesia e do poder e por isso tem setores no seu interior que fazem a crítica do poder e do capital. No entanto, em muitos casos, as críticas são pontuais ou superficiais, e a sua existência acaba sendo mais um elemento de legitimação da sociedade capitalista, pois supostamente comprova a “liberdade de expressão”. Apenas um setor bem marginal assume posições mais radicais e realmente efetivam uma crítica totalizante e substancial ao poder e ao capital.

No início afirmamos que o poder é uma relação social de dominação, o que implica na existência de dominantes e dominados. E um questionamento que existe é por qual motivo existe o poder? Explicamos, posteriormente, que o poder emerge com as sociedades de classes. Assim, fica claro que o poder é produto da sociedade de classes. Ele existe para manter a exploração de classe. Os escravos resistiam à escravidão na sociedade escravista antiga (“Idade Antiga”); os servos resistiam à servidão na sociedade feudal (“Idade Média”) e os operários resistem ao salariedade (no qual os capitalistas exploram os trabalhadores assalariados produtivos através da extração de mais-valor). Porém, a dominação não ocorre apenas entre classes sociais. As relações de poder se espalham pela sociedade. Os guerreiros controlavam e reprimiam os escravos, mas existiam disputas pelo poder no interior da própria classe escravista (senhores de escravos), bem como outros setores da sociedade que queriam melhorar suas condições de vida e outros querendo vantagens e poder. Isso vale para todas as sociedades de classes, no qual além da luta da classe dominante e exploradora contra a classe dominada e explorada, e a resistência dessa, outras classes e coletividades são envolvidas e também promovem conflitos sociais diversos.

Isso significa que a exploração de classe gera a dominação de classe, ou seja, o processo econômico de exploração do trabalho escravo, servil ou assalariado, gera a

necessidade de controle e dominação sobre os indivíduos dessas classes e, além disso, sobre o resto da sociedade, pois os demais conflitos precisam ser apagados e eles podem ser estopim para radicalização das classes inferiores (no capitalismo, os operários, os lumpemproletários, os subalternos, os camponeses, etc.). Além disso, a classe dominante gera um conjunto de interesses derivados.

Por exemplo, no capitalismo, a classe capitalista precisa de explorar os operários o máximo possível e ampliar a produção, mas ao fazer isso precisa aumentar o mercado consumidor. Por isso precisa incentivar o consumo e criar novos produtos, novos nichos de mercado e assim por diante. Nos anos 1950, a juventude se consolidou como grupo social etário com o processo de escolarização e a formação de um mercado consumidor específico: roupas específicas para a juventude, gêneros musicais jovens (o rock and roll), filmes sobre juventude (o estelato de James Dean e diversos outros), os super-heróis jovens (o Homem-Aranha, Tocha Humana, Superboy, etc.).

Porém, ao criar esse mercado consumidor e gerar uma identidade (que incluía, inclusive, a rebeldia), acabou gerando novos conflitos, o que culminou com as lutas estudantis e, principalmente, a rebelião estudantil de maio de 1968, na qual os estudantes criticaram a sociedade capitalista e defenderam a formação de uma nova sociedade, fundada na autogestão (autogoverno generalizado da população), o que significaria o fim do poder⁶. No fundo, tal proposta já existia, mas tinha sido apagada pelas ideologias hegemônicas, pelo consumismo, pelos meios oligopolistas de comunicação (TV, Rádio, etc.) e a revolta estudantil a trouxe de volta. A derrota da rebelião estudantil na França (e também na Itália, Alemanha, etc.) e do movimento grevista dos operários franceses, significou a vitória do poder e gerou as novas ideologias que resgatavam elementos das reivindicações estudantis e operárias e transformaram em apenas reivindicação de

⁶ A rebelião estudantil de Maio de 1968 e outras lutas sociais do final dos anos 1960 possuem diversas determinações, entre as quais a queda da taxa de lucro e seus efeitos (especialmente, no caso francês, a proposta de reforma universitária gerando massificação e precarização do ensino superior). Porém, os estudantes foram agentes desse processo devido ao processo social mais geral de consolidação da juventude como grupo etário e a condição estudantil nesse contexto mais amplo. Sobre o Maio de 1968, cf. Braga e Viana (2019); Brinton (2002); Viana (2019).

mudanças culturais e legais, sem apontar as suas raízes sociais mais profundas e sem propor a abolição da sociedade de classes.

Esse exemplo mostra que toda forma de poder (bem como todos os conflitos sociais) na sociedade capitalista possuem sua raiz no processo de exploração de classe. Assim, a exploração capitalista gera a dominação burguesa que se realiza via mediação burocrática, bem como outras formas de dominação (cultural, psíquica, etc.) que existem na sociedade. Até os movimentos e indivíduos opositores reproduzem a dominação cultural burguesa e por isso muitos questionam outros grupos sociais, indivíduos, etc., mas não questionam o modo de produção capitalista e a exploração de classe. Deixam, assim, intacto o edifício e, no máximo, jogam pedras e quebram algumas janelas, o que abre espaço para repressão ou disputas que não geram nenhuma transformação real e efetiva.

O processo de concentrar lutas sociais na política institucional significa colocar uma instância da sociedade como sendo o lugar da política e do poder: o Estado e a “democracia”. E surgem ideologias e diversas concepções para defender isso. Ao canalizar a luta para a conquista do poder estatal ou as decisões sobre as questões sociais no âmbito do aparato estatal e da democracia, se cria uma ilusão sobre o poder, pois oculta suas fontes. O “poder” vira assunto de especialistas e políticos profissionais, o que afasta a população de discussões mais amplas sobre quem toma efetivamente as decisões que afetam sua vida, bem como da luta direta nos locais de trabalho, moradia, estudo, etc.

Contemporaneamente, a classe capitalista e suas classes auxiliares (burocracia e intelectualidade) promoveram uma politização despolitizada da população, criando um divisionismo, oposições grupais (negros versus brancos, mulheres versus homens, etc.), discurso identitário, etc. Além da explicação falsa das bases sociais dos conflitos intergrupais, ela acaba gerando ativismos isolacionistas que não atuam sobre as causas (ficam no nível dos sintomas), gerando subprodutos problemáticos (maniqueísmo, por exemplo). Ou seja, ao mesmo tempo em que afirma que “o pessoal é político”, o que remete para a instância da vida privada, desliga o “político” da totalidade da vida social, que é o que explica a sua razão de ser. Por exemplo, a violência doméstica é um problema social que mostra uma relação de dominação, ou seja, poder, na vida privada. Porém, dizer que isso é político e deduzir daí que os responsáveis são os homens (indivíduos do sexo masculino), gera uma explicação equivocada do problema, bem como uma falsa solução

que nada soluciona. Não são todos os homens que exercem violência doméstica (é uma minoria) e os que fazem isso não é simplesmente por serem “homens” e sim devido a um processo social que remete para questões culturais e sociais muito mais amplas, tal como socialização (masculina e feminina), relações de trabalho, insatisfação social, desequilíbrios psíquicos (cuja origem é social), etc. As relações instituídas entre mulheres e homens numa determinada relação conjugal não são derivadas de meras escolhas individuais ou “essência masculina” e sim processos complexos pelos quais ambos foram formados (o agente da violência e a vítima da violência) e submetidos às relações externas (necessidade de dinheiro, ressonâncias do trabalho em casa, descontentamento com uma vida de pobreza ou sem satisfação das necessidades humanas autênticas, pressões de outras pessoas, etc.). Portanto, “o pessoal é político” desde que se entenda que “o político não é pessoal”, pois ele é social.

Desta forma, um questionamento que pode ser feito é: como então superar o poder? Como abolir a dominação? A abolição da dominação só é possível através da instauração da autogestão social. A instauração da autogestão social, por sua vez, só é possível através da autogestão das lutas sociais pela classe operária e seus aliados (outras classes inferiores, setores da juventude e intelectualidade, tendências revolucionárias dos movimentos sociais – que são uma minoria no seu interior, etc.).⁷ É impossível superar a dominação através da reprodução da dominação, tal como propõe o chamado “leninismo” com sua proposta de “partido de vanguarda” e “estado de transição”, que são, na verdade, embriões do domínio da burocracia que produz, no máximo, um capitalismo reformado, que muitos denominaram “capitalismo estatal”. Enquanto não ocorre essa transformação radical e total das relações sociais, ou seja, até chegar à sociedade autogerida, sem classes sociais, é necessário unir a luta por tal transformação com a luta imediata contra a face mais cruel do capitalismo e pelas necessidades imediatas (aumentos salariais, combate ao racismo, etc.). Porém, sem a articulação dessas ações com a luta pela transformação radical e total da sociedade, não se consegue nem resolver os problemas imediatos e nem combater os efeitos mais nefastos do capitalismo. Assim, por exemplo, a

⁷ Não é possível, no presente espaço, discutir essas questões complexas. Sobre movimentos sociais, cf. Viana (2016); sobre autogestão, seus obstáculos e suas possibilidades, cf. Viana (2024).

destruição ambiental não deixará de ocorrer enquanto existir o capitalismo, pois faz parte de sua dinâmica⁸ e as lutas imediatas para a preservação do meio ambiente podem, no máximo (se forem efetivas e conseguirem algum resultado real), diminuir o impacto destrutivo por algum tempo.

A conclusão final é a de que somente através da autogestão das lutas sociais que se pode esboçar novas relações sociais, fundamentadas na solidariedade e na igualdade, que se concretizam com a autogestão social, que significa a abolição das classes e, conseqüentemente, da dominação de classe, ou seja, do poder.

Referências

AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira. 7ª edição, São Paulo: Edusp, 2010.

BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). Maio de 1968: Luta de Classes e Projeto Autogestionário. Curitiba: CRV, 2019.

BRINTON, Maurice (Grupo Solidarity). Maio de 1968. Rio de Janeiro: Conrad, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 8ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1989.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. In: Col. Os Pensadores. 3ª edição, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MANDOSIO, Jean-Marc. A Longevidade de uma Impostura. Michel Foucault. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MATTICK, Paul. Capitalismo e Ecologia. Do Declínio do Capital ao Declínio do Mundo. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

VIANA, Nildo. A Verdade sobre o Darwinismo. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. Capitalismo e Destruição Ambiental. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 10, n. 3, p. 179–192, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/44854>;

⁸ Cf. Viana (2017); Mattick (2020).

VIANA, Nildo. Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. Manifesto Autogestionário. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2024.

VIANA, Nildo. O Significado Político Maio de 1968. In: ANJOS, Diego; PEIXOTO, Maria Angélica; VIANA, Nildo (orgs.). Movimento Estudantil: Conflitos, Organizações e Mobilização. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Prismas, 2016.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 1. Brasília: Edunb, 2004.